



# Clipping Nacional

de

# EDUCAÇÃO

Brasília, 30 de Agosto de 2019

## Onde melhorar a educação

ARNALDO NISKIER



**É** um exercício complicado estabelecer uma hierarquia dos principais problemas da nossa educação. Fizemos essa tentativa no livro “Desafios da educação no Brasil”, lançado pelo Centro de História e Cultura Judaica, na ABL.

Analizamos os diversos segmentos do que se passa em nosso país, a partir do pré-escolar, carente das necessárias e prometidas creches. Faltam recursos ou vergonha na cara?

O ensino fundamental, responsabilidade municipal, até que apresenta resultados apreciáveis, pecando apenas no item relativo à qualidade, que se liga ao maior dos nossos problemas: a formação dos professores, sacrificados por salários verdadeiramente indecorosos. O que se vê, nos cursos de magistério, é uma fuga acentuada de candidatos.

Chegamos ao ensino médio, que registra um número gigantesco compondo a geração nem-nem (nem estudam, nem trabalham). Temos deficiências gritantes, notadamente em Por-

tuguês e Matemática, como se pode verificar pelos exames internacionais do Pisa. O Brasil ocupa uma das últimas posições do ranking.

Há uma expectativa, com a reforma do ensino médio, de que se tenha uma acentuada revisão, o que o sistema vem pedindo há muito tempo.

Sobre o ensino superior, como vimos em recente reunião da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), em Brasília, o crescimento do setor apresenta níveis satisfatórios, mas é preciso um maior cuidado com os chamados padrões de excelência, nem sempre existentes. Onde o crescimento é exponencial —isso deve ser assinalado—é no ensino à distância. A expansão se deu de forma notável e hoje temos quase dois milhões de estudantes nessa modalidade.

Um capítulo especial é devido ao ensino técnico. Somos partidários da formação de técnicos em nível intermediário, experiência já vivida em escolas do Rio de Janeiro, com especialização em estruturas navais. Por que não estender a iniciativa a outras áreas?



Arnaldo Niskier é jornalista e professor

# Unesp lança programa inédito e aceita doações até por cartão de crédito

Renata Cafardo

Um programa inédito da Universidade Estadual Paulista (Unesp) vai incentivar doações até por cartão de crédito. Por meio de uma plataforma na internet que entrou no ar ontem, o interessado já assina digitalmente um contrato e faz o pagamento da maneira que escolher. A Unesp passou recentemente por sua pior crise financeira, com décimo terceiro atrasado e todo orçamento comprometido com salários.

A participação da iniciativa privada é tema polêmico nas universidades públicas e há grupos contrários, tanto por temer uma “privatização” da instituição, como por acreditar que os recursos públicos podem ser diminuídos com ações desse tipo. Mas o programa teve pouca resistência e foi aprovado no órgão máximo da Unesp, o Conselho Universitário.

Anteriormente, quem quisesse fazer doação para a Unesp não sabia sequer quem procurar. O mesmo acontece em outras públicas. “Era muita burocracia. Uma pessoa quis doar para Educação Física e esse pedido chegou até o Conselho Universitário. Isso tem de acabar”, conta o reitor da Unesp, Sandro Valentini. Com o novo programa,

conforme adiantado no blog da repórter no portal estado.com.br, o doador pode dar qualquer valor à instituição e decidir se vai ou não destinar o recurso a uma unidade específica.

A universidade já tem uma plataforma que reúne seus exalunos, com 20 mil cadastrados. A Unesp vai ter um departamento para fazer uma busca ativa de possíveis doadores tanto nesse grupo como fora dele. A estimativa é que a universidade, fundada em 1976, tenha 160 mil egressos, entre eles a apresentadora Ana Maria Braga e Antonio Carlos Tadiotti, dono da empresa Predilecta.

Exemplo. O empresário Alexandre Leite Lopes decidiu fazer sua doação quando levou a filha, que havia sido aprovada no vestibular da Unesp deste ano, para conhecer o câmpus. “Vi as faixas dizendo que estavam com o décimo terceiro salário atrasado”, conta. Sem saber como proceder, ele mandou uma carta para o diretor do curso, falando da intenção de doar.

Ontem ele participou do evento em São Paulo que lançou o programa Parceiro Unesp e foi o primeiro doador a usar a plataforma. “Poderia pagar a universidade da minha filha e ela

está em uma instituição pública. Por que não ajudar como fazem nos Estados Unidos?” Lopes não quis divulgar o valor da doação nem o curso ou nome da filha para evitar qualquer relação da menina com os recursos. “É algo para a universidade.” Ele é formado em Engenharia e estudou em faculdade privada.

Segundo o reitor, já é possível fazer a doação em depósito bancário. Boletos e cartões serão permitidos nos próximos meses. Assim que o dinheiro cair na conta criada para o Parceiro Unesp será imediatamente transferido para onde foi dirigido e o gestor pode usá-lo para qualquer atividade, como comprar computadores ou pintar uma sala de aula.

“O nosso modelo de financiamento depende da atividade econômica”, diz o reitor. Unesp, Universidade de São Paulo (USP) e Estadual de Campinas (Unicamp) se mantêm com 9,57% do que é arrecadado pelo ICMS do Estado. A diminuição desse valor nos últimos anos e o inchaço na folha de pagamento levaram recentemente a graves problemas financeiros nas instituições, que são responsáveis juntas por um terço da produção científica do País.





Além das doações simples, o programa vai permitir parcerias com empresas, com contrapartida da universidade. Será possível desde a colocação de um placa numa sala reformada pela doadora até a utilização de espaços das instituições para eventos. A empresa que pretende doar para a Unesp também pode solicitar, por exemplo, o uso de um laboratório para pesquisas específicas. Nesse caso, a universidade terá de abrir uma licitação para checar se há outros interessados.

Endowment. A Unesp ainda aprovou ontem um projeto de endowment, um fundo perpétuo para a instituição em que apenas os rendimentos auferidos revertem para projetos. Outras tentativas de fundos semelhantes – comuns em universidades estrangeiras – não tiveram êxito no País. Um dos poucos a dar certo é o gerido por ex-alunos da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP).

## RAIO X

● Unesp está há alguns anos em crise financeira, com orçamento comprometido apenas com folha de pagamento

### Repasso do Estado

EM BILHÕES DE REAIS



\* Até julho

FONTES: UNESP

INFORMAÇÕES/ESTADÃO

## PARA ENTENDER

### MEC Incentiva verba privada

A proposta de investimento privado e uso de um fundo de patrimônio também faz parte do Future-se, programa lançado pelo Ministério da Educação (MEC) para as universidades federais. Ainda sem detalhes de como funcionaria, o ministério disse esta semana que pode instituir o Future-se por medida provisória. A Universidade Federal do Rio (UFRJ) já anunciou que não vai aderir ao programa e divulgou nota dizendo que "não há clareza sobre a composição do patrimônio que serviria de aporte inicial" do fundo e sobre como as universidades seriam mantidas durante esse tempo de transição. Segundo o reitor da Unesp, o programa da universidade não tem relação com o do MEC e começou a ser pensado há dois anos.

## Quatro motivos para não fazer doações a instituições públicas

Marcos Kisil

Neste momento de minguados recursos públicos para manter o funcionamento de serviços essenciais para a sociedade brasileira, surge a pergunta: por que os doadores privados não doam para organizações públicas? Existem várias razões. A primeira, e talvez a mais importante, é a dificuldade do Estado brasileiro, por meio de Executivo e Legislativo, em entender o que representa a filantropia ou o investimento social privado para o desenvolvimento sustentável.

Em uma sociedade democrática e capitalista é sempre esperado que ocorra a liberdade para exercício da livre iniciativa econômica, mas também a livre iniciativa para apoiar as necessidades de áreas como educação, saúde, cultura, meio ambiente. Para tanto, os países que entenderam essa necessidade produziram um marco legal que estimula a doação e o aparecimento de uma cultura de doação. O recurso não precisa ser canalizado a uma estrutura do Estado, mas sim servir à res pública desde a ação de cidadãos,

como iniciativas de organizações da sociedade civil que atuem em setores específicos. Essas ações, muitas vezes, vêm em

apoio à definição e implementação de políticas públicas essenciais, como é a criação de creches e melhoria da educação básica.

No caso brasileiro, encontramos muitas vezes um não entendimento por parte dos governantes, explícito ou não, sobre o papel das ONGs e dos projetos, financiados com recursos privados. Vide o atual entendimento sobre as organizações não governamentais na questão ambiental. Em países como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Austrália essa participação cidadã é bem-vinda e estimulada por marco legal.

Uma segunda questão está na interpretação limitada da Constituição de 1988. Todos os capítulos sociais se iniciam com a frase: direito do cidadão, dever do Estado. Normalmente se faz uma leitura ideológica de que o Estado deve ser o único provedor de saúde, educação, cultura. Neste sentido, a cidadania não floresce e os serviços passam a ser uma exigência a ser cumprida pelo Estado. Essa ação reivindicatória leva muitas vezes a uma demora nas ações necessárias, com o deterioro da situação original.

Uma terceira razão está na existência do Imposto de

Transmissão Causa Mortis e Doação, conhecido como ITCMD. Este é um imposto absolutamente ilógico, que mistura transmissão de bens por causa mortis, onde o direito à propriedade de bens se dá no interior de relações interpessoais, com doação para entidades de benefício público, como as Santas Casas. Por sua vez, pune aquelas entidades que, mercê de um esforço de captação de recursos do setor privado, têm de pagar ao Estado tributo em que o Estado não é incentivador e, muito menos, produtor da riqueza que gerou a doação. E quando de maneira limitada define valores de isenção baixos, demonstra que a intenção é realmente cobrar o tributo.

Assim, chegamos a uma quarta razão, que não deixa de ser resultado das anteriores: o modelo institucional e de incentivos que adotamos simplesmente não favorece o desenvolvimento da filantropia. Ele incentiva que as pessoas esperem que o Estado resolva seus problemas. Um exemplo: no Brasil, o abatimento para pessoas físicas é limitado a 6% do Imposto de Renda a pagar. Nos EUA, é possível abater de 30% a 50%.

Vivemos ainda com a tutela do Estado sobre a doação que se pode





deduzir do Imposto de Renda por meio de incentivos fiscais. O governo entende o recurso dos incentivos como forma de suprir o orçamento de diferentes ministérios e programas. E essa posição explica, por exemplo, os recentes vetos da Presidência à nova lei dos “fundos de endowment” ou fundo patrimonial para que se tivesse incentivo fiscal para sua criação nas organizações sociais.

A justificativa para um fundo patrimonial é bem simples: uma poupança de longuíssimo prazo, destinada a crescer, ano a ano, da qual a instituição retira parte dos rendimentos para seu custeio. E para que isso aconteça há a necessidade de ter os incentivos fiscais que estimulem os doadores. Somente em 2018 a Michigan State University (MSU) recebeu doações de US \$ 2,9 bilhões, de acordo com The Chronicle of Higher

Education. Naquele mesmo ano, a Penn State University recebeu US\$ 4,2 bilhões e a Ohio State, US\$ 5,2 bilhões.

Em resumo, necessitamos urgentemente de uma maior atenção dos poderes públicos federais e também dos governos estaduais, para que percebam o papel do recurso privado em apoiar as causas públicas. Não se trata de uma questão ideológica. Nossa legislação ainda é muito tímida em reconhecer importância e transcendência das doações.

?

PROFESSOR TITULAR DA  
FACULDADE DE SAÚDE  
PÚBLICA DA UNIVERSIDADE  
DE SÃO PAULO (USP) E  
FUNDADOR DO INSTITUTO  
PARA O DESENVOLVIMENTO  
DO INVESTIMENTO SOCIAL



## Brasil vive epidemia de fuga de cérebros para o exterior

» RODRIGO LINS

Mestre em comunicação, especialista em linguagem audiovisual, professor universitário, jornalista e escritor, reside nos Estados Unidos. É CEO da agência de Comunicação, Marketing e Imprensa multinacional Onevox Creative Solutions

Aumentou o número de profissionais brasileiros que estão deixando o Brasil. Uma emigração qualificada de graduados, especialistas, mestres e doutores brasileiros que enxergam fora do país um futuro melhor para si e para suas famílias. Em três anos, o número de brasileiros aprovados para morar nos Estados Unidos, por exemplo, deu um salto. Em 2018, foram emitidos 4.300 vistos de imigração para cidadãos do Brasil — um aumento de 74% em relação a 2015, quando houve 2.478 vistos concedidos, segundo o Departamento de Estado americano. Essa onda de emigrantes conta, principalmente, com profissionais qualificados que procuram oportunidades em outro país.

Ancorados na lógica de continuar a vida e carreira profissional na América do Norte, esse é o novo perfil de brasileiros imigrando aos Estados Unidos. Essa grande virada tem dado uma

diferente roupagem ao imigrante brasileiro que, há pouco mais de 10 anos, vinha aos Estados Unidos para atuar em serviços mais operacionais e braçais, mas que hoje apostam em suas capacidades intelectuais para consolidar a nova vida no novo país.

Essa emigração de brasileiros qualificados é considerada uma fuga de capital humano e que pode ser verificada em números. Em 2011, a Receita Federal brasileira registrou a saída definitiva de 8.170 pessoas. Em 2017, pelo menos 21.701 saídas definitivas foram registradas — um aumento de 165%. Em 2018, foram 22.538. Muito além de viver em outro país, na mala, os emigrantes levam projetos de empreendedorismo e trabalho, além de carreira profissional e experiências consolidadas no Brasil.

A descoberta mais recente das possibilidades de vistos que premiam com documento de residência permanente profissionais estrangeiros altamente qualificados — conhecido como visto Einstein — contribuiu para essa fuga em massa de brasileiros intelectuais para os EUA. Os novos imigrantes brasileiros estão em busca de uma espécie de novo sonho americano: empreender e alçar voos maiores e sem fronteiras em sua carreira profissional.

Engenheiros, profissionais da saúde, professores, escritores,

atletas, cientistas, músicos, administradores, entre outros, formam uma verdadeira onda de profissionais brasileiros que estão sendo absorvidos silenciosamente no mercado de trabalho americano pela porta da frente, muito longe da polêmica imigração ilegal pela fronteira dos EUA com o México.

O que vemos nos Estados Unidos é uma parcela significativa de brasileiros que estão fazendo a diferença. O Brasil foi o segundo país que mais criou empregos nos EUA, atrás apenas do México. Levantamento desenvolvido pela Apex-Brasil, divulgado este ano, mostra que empresas brasileiras empregaram 74.200 funcionários nos Estados Unidos

Um outro estudo elaborado pelos pesquisadores Álvaro de Castro e Lima e Alanni Barbosa, divulgado em 2017, mostrou que os domicílios chefiados por imigrantes brasileiros tiveram uma renda domiciliar média de US\$ 55.463 de dólares. Esse rendimento anual foi superior ao dos domicílios chefiados pelos outros imigrantes (US\$ 49.484) e superior, ainda, ao dos chefiados por americanos nativos (US\$ 54.455).

A pesquisa com base nos dados do governo americano e do Itamaraty revelou que a comunidade brasileira nos Estados Unidos está mais integrada do que a média dos outros imigrantes no país, é mais





qualificada e ganha melhor até do que os próprios americanos. De acordo com o levantamento, os brasileiros nos Estados Unidos têm maior nível educacional que a média de todos os imigrantes, sendo que 46% têm ensino médio completo e superior incompleto e 30% são graduados no ensino superior, contra 35% e 23% dos demais.

Os dados nos revelam a face do novo sonho americano acreditado e almejado por tantos brasileiros. Um cenário promissor para os novos profissionais brasileiros, mas que acende um alerta ao governo do Brasil pela perda acentuada de cérebros altamente qualificados que certamente farão falta ao país num médio prazo.

É importante lembrar que esses jovens profissionais brasileiros que internacionalizam suas carreiras raramente voltam a residir no Brasil. Um momento que exige reflexão e ações por parte dos governantes para que políticas de retenção dessa força jovem passem a ser formuladas e implementadas. Medidas que possam convencer o profissional jovem brasileiro que o país é mais atrativo que outras nações mundo afora. Enquanto isso, a epidemia de fuga de cérebros segue intensa.



## Especial Enem começa na segunda

*Conteúdo exclusivo sobre o exame terá matérias, bancos de questões inéditas, lives, oficinas, correção ao vivo e muito mais. Primeira edição abordará a prova de matemática*

» Clara Lobo\*

» Jairo Macedo

Especial para o correio

"Não costumo me informar muito por meio de jornais, porque, geralmente, não encontro matérias específicas sobre o Enem. Por isso, acho que o projeto é diferente e, com certeza, muito importante." **Gabriela Branquinho**, 17 anos, faz 3º ano no Sigma e quer medicina

Mais uma edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) está chegando aí. As provas do maior exame do país serão aplicadas em 3 e 10 de novembro. Nessas datas, 5,1 milhões de secundaristas de todo o Brasil comparecerão aos locais de prova em busca da vaga no ensino superior. E o Correio prepara novo material exclusivo para o candidato que está às voltas com os estudos em redação, matemática, linguagens, ciências da natureza e ciências humanas. O Centro Educacional Sigma é parceiro do projeto e colabora com seu quadro de professores em materiais como lives e artigos.

A partir de segunda-feira (2),



Pelo menos 5,1 milhões de estudantes secundaristas vão fazer, daqui a pouco mais de dois meses, as provas no país

começa a circular a edição semanal do Especial Enem, caderno impresso que contará com matérias em que especialistas analisam as provas, dão dicas sobre a preparação ideal, o planejamento correto e o conteúdo que cairá na prova. Os estudantes também têm voz, dividindo com o leitor a rotina e expectativas. A cada edição, uma prova ganha destaque no suplemento – nesta segunda-feira, a estreia será com matemática e suas tecnologias. Para este momento de revisão e análise de desempenho, o caderno impresso apresentará também questões inéditas.

“O projeto tem o potencial de ajudar muita gente, não é todo mundo que tem acesso fácil aos

conteúdos do Enem”, avalia o candidato Alan Ximenes, 19 anos. “Eu era bolsista em uma escola particular no Gama. A rede pública não tem bom investimento e preparo. Muitas vezes as pessoas nem sabem do que se trata a prova e como estudar.”

Júlia Teixeira, 19, saiu de Igaporã (BA) no início deste ano para fazer cursinho em Brasília. A jovem, que estudava em escola pública, acredita que materiais de auxílio como estes são importantes para todos. “Um projeto como o Especial Enem pode ajudar muito. Não só no conteúdo como também em assuntos que vão além do que vemos no cursinho e, que talvez, não tivemos acesso durante a época de escola”, conta





Júlia.

“É um material de auxílio valioso para os estudantes”, avalia Natália Rocha, diretora pedagógica do Sigma. Para ela, o exame segue como protagonista na rotina dos secundaristas de Brasília e do Brasil. “O interesse dos alunos só tem crescido. Hoje, o Enem e o PAS (Programa de Avaliação Seriada) da Universidade de Brasília (UnB) são os dois principais caminhos que os alunos escolhem para o próximo estágio da vida deles, em uma boa universidade”, diz ela. “O exame sempre ganha destaque nas páginas do jornal. A intenção é auxiliar o leitor nos estudos e informá-lo sobre os pormenores da aplicação do exame”, afirma Ana Dubeux, diretora de redação do Correio.

#### Lives e videoaulas

Todo o conteúdo do caderno impresso estará disponível também on-line, em página especial e também junto ao conteúdo do Eu, Estudante, especializada em educação. Lá, o material ganha conteúdo audiovisual extra, e o banco de questões tem interatividade entre perguntas e respostas. “Desse modo, os estudantes podem conferir desempenho pessoal deles e saber que pontos precisam ser

aprimorados”, afirma Cilene Vieira, superintendente de Marketing dos Diários Associados.

Além disso, a página do Eu, Estudante no Facebook ([www.facebook.com/euestudante](http://www.facebook.com/euestudante)) traz, sempre às segundas-feiras, um professor convidado. Para discorrer sobre as provas e resolver, ao vivo, as questões do suplemento.

Outras quatro lives especiais estão previstas às terças-feiras, quando professores do Sigma resolvem questões dos anos anteriores e dizem o que é tendência para 2019. As quartas-feiras contam com a professora e editora de Opinião do jornal, Dad Squarisi, que prepara videoaulas com dicas fundamentais para sair o melhor desempenho em redação.

Carlos Eduardo Pikhardt, 20, também saiu da cidade natal, Itapuranga (GO), para fazer cursinho e disputar vaga em medicina em Brasília. “Tem gente que não tem a oportunidade de estar em um cursinho, de ter o mesmo preparo que temos aqui. Muitas pessoas vão para a prova com dúvidas, e acho que um projeto que dá dicas sobre o Enem é muito importante”, reflete Carlos.

#### Oficinas e correção de provas

Em duas ocasiões, o ensino de redação sai do on-line e ganha vida em sala de aula. Em 30 de setembro e 21 de outubro, Dad comanda oficinas de redação e dicas de português nos auditórios do Sigma. O evento é gratuito e aberto ao público, com inscrições abertas em breve.

Nos dias de aplicação do Enem, os docentes do Sigma comparecem aos estúdios do Correio para abordar as principais questões do exame. Mais uma oportunidade de conferir, ao vivo, seu desempenho após a maratona de prova. “Para pessoas que não estão se preparando e estão perdidas para a prova, o projeto pode dar a oportunidade de orientação e maior aprofundamento no conteúdo”, comenta Isadora Nunes, 19, estudante que almeja fazer medicina. “Eu decidi o curso que queria bem no fim do ensino médio. Não fui bem no Enem da época e via muitas pessoas passando. Mas, hoje, comecei a ter foco em mim e estou confiante este ano”, relata a estudante.

\*Estagiária sob supervisão de José Carlos Vieira

## Educação em direito é foco de formação para professores

Intuito é mostrar aos estudantes os direitos que têm e os deveres que isso implica

ROSSANA GASPARINI \*

Professores, coordenadores e orientadores pedagógicos da rede pública de ensino do Distrito Federal participaram, nesta quinta-feira (29/8), da aula inaugural do curso Educação, Democracia e Cidadania promovido pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), em parceria com a Secretaria de Educação e com a Defensoria Pública do DF. A formação visa capacitar os participantes sobre conceitos de democracia e de garantia de direitos, enquanto estratégia educativa para a formação cidadã dos estudantes.

Na abertura do curso, o secretário de Educação, João Pedro Ferraz, ressaltou que o acesso aos direitos deve estar em todos os lugares. “Deve estar em casa, na escola, no Parlamento, no dia a dia de todas as pessoas.



Aulas abordarão temas como direitos da pessoa com deficiência, violência contra a mulher e direitos da infância e da adolescência, entre outros

É preciso ensinar direitos e limites, para que não haja violação dos direitos do próximo”, postulou.

O secretário, que está à frente da pasta há poucos dias, enfatizou que aceitou o desafio com tranquilidade e que pretende deixar sua marca na educação do

DF. “Estou me convencendo de que eu deveria estar à frente da Educação desde o início. Não vou permitir que a burocracia atrapalhe meu trabalho e quero fazer o possível para deixar pelo menos uma mera impressão digital na atividade-fim da pasta”, acrescentou João Pedro.





O presidente da CLDF, Rafael Prudente, explicou que a Casa quis propor um curso mais robusto para os professores da rede pública, de maneira que o conhecimento adquirido pudesse ser reverberado nas escolas. “Esse é apenas o primeiro curso. Estamos prevendo outros”, prometeu.

Já a defensora pública-geral do DF, Maria José Nápolis, ressaltou o papel de agente de transformação social do defensor público. “Para desenvolver esse papel, um dos melhores caminhos que podemos percorrer é a educação em direitos. Por isso, além de trabalhar com os estudantes da rede pública, queremos transformar a realidade social junto aos professores da

rede, que têm a possibilidade de salvar vidas, de lutar pela vida dos nossos jovens, de mostrar a eles os direitos que têm e a possibilidade de crescer na vida”, discursou.

O curso tem 60 horas de duração e será realizado às quintas-feiras, das 14h às 18h, até o dia 28 de novembro. As aulas serão totalmente presenciais. Cada módulo abordará um tema diferente envolvendo democracia, educação em direitos, direitos da pessoa com deficiência, violência contra a mulher e direitos da infância e da adolescência, entre outros.

\* Da Secretaria de Educação